Por Daniel Miquelluti (*)



A discussão sobre a integração entre seguro paramétrico, crédito rural e política pública tirou o tema do campo estritamente técnico e o colocou no centro da agenda institucional do agro brasileiro. Esse movimento é positivo. O Brasil precisa modernizar seu sistema de gestão de risco rural e ampliar instrumentos de proteção para um setor permanentemente exposto à volatilidade

climática. Mas existe um erro recorrente quando tecnologias ou novos modelos financeiros ganham tração: transformar uma boa ferramenta em promessa excessiva. No caso do seguro paramétrico, o risco está justamente em tratá-lo como uma solução rápida para um problema estrutural.

O seguro paramétrico tem méritos evidentes. Sua lógica de funcionamento, baseada em índices previamente definidos, como volume de chuva, temperatura, estiagem, excesso de precipitação ou, em alguns desenhos, indicadores produtivos regionais, pode permitir liquidação mais rápida dos pagamentos e reduzir parte das disputas periciais quando comparado a modelos tradicionais. Em um ambiente de crédito pressionado, custos crescentes de produção e maior frequência de eventos extremos, faz sentido que essa modalidade ganhe espaço na conversa sobre proteção financeira do produtor rural. O problema começa quando o debate se desloca do “como complementar” para o “como substituir”.

O risco agropecuário brasileiro não é um risco convencional. Trata-se de um sistema altamente correlacionado, concentrado e catastrófico. Uma seca severa no Centro-Oeste, uma geada regionalizada no Sul ou um excesso de chuvas em polos agrícolas relevantes não afetam produtores isolados. Afetam simultaneamente carteiras inteiras, regiões produtivas, operações de crédito, cadeias de fornecimento e capacidade de pagamento. Em outras palavras, trata-se de um risco sistêmico. É justamente por isso que modelos simplificados de expansão do seguro paramétrico precisam ser tratados com cautela, e não como atalhos institucionais. A própria nota técnica do Observatório do Crédito e Seguro Rural da FGV alerta que a eventual adoção de um seguro rural paramétrico obrigatório associado ao crédito subsidiado representaria uma alteração estrutural relevante na arquitetura brasileira de gestão de risco agropecuário, com impactos fiscais, prudenciais, concorrenciais, jurídicos, atuariais e operacionais. A avaliação também destaca a necessidade de transição planejada, estabilidade regulatória e horizonte de implementação superior a doze meses.

Esse ponto merece atenção porque existe uma tentação compreensível de enxergar no paramétrico uma forma de aumentar cobertura com menor custo operacional. No entanto, o sucesso dessa modalidade depende da aderência entre o índice utilizado e a perda efetivamente sofrida pelo produtor. Quando esse alinhamento falha, surge o chamado risco de base, ou basis risk: situação em que o evento climático aciona o pagamento sem dano econômico proporcional ou, pior, há perda relevante sem gatilho suficiente para indenização. Em larga escala, esse desalinhamento pode corroer rapidamente a confiança do produtor, especialmente em um ambiente no qual previsibilidade financeira é determinante para o planejamento da safra.

Há ainda uma dimensão frequentemente subestimada no debate: a previsibilidade orçamentária do próprio sistema. O seguro rural brasileiro já enfrenta dificuldades para sustentar crescimento consistente em razão das incertezas envolvendo recursos públicos de subvenção. A CNseg revisou sua projeção para o mercado de seguro rural em 2026, passando de expectativa de crescimento para queda nominal de 3,9%, reflexo direto da insuficiência de recursos orçamentários destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Os dados mostram ainda retração de 12,2% na arrecadação do segmento logo no início do ano, reforçando a fragilidade do atual ambiente de expansão. Se o sistema já encontra obstáculos para sustentar modelos consolidados, imaginar uma expansão paramétrica vinculada ao crédito rural sem garantias robustas de funding, governança fiscal e capacidade operacional parece um exercício excessivamente otimista.

Isso não significa rejeitar inovação. Pelo contrário. O que se desenha hoje no Brasil sugere uma direção mais sofisticada e tecnicamente consistente para a política pública agropecuária. O avanço do Zoneamento Agrícola de Risco Climático em Níveis de Manejo, o Zarc Níveis de Manejo, indica um caminho de maior integração entre ciência agronômica, gestão de risco e incentivos econômicos. Embora o Zarc Níveis de Manejo não seja um produto paramétrico, ele aponta uma direção importante: a política pública agropecuária tende a incorporar cada vez mais dados, critérios técnicos e diferenciação de risco. O Ministério da Agricultura ampliou recentemente o programa, expandindo sua aplicação territorial e aumentando percentuais de subvenção do seguro rural para produtores enquadrados em melhores práticas de manejo do solo. O recado institucional é relevante: políticas de mitigação de risco tendem a se tornar cada vez mais baseadas em dados,

critérios objetivos e inteligência agronômica.

Nesse cenário, o seguro paramétrico faz sentido quando entendido como parte de uma infraestrutura maior de proteção, e não como mecanismo isolado de simplificação. Seu potencial é real quando conectado ao crédito rural, ao planejamento produtivo, ao resseguro, aos instrumentos de subvenção e a modelos robustos de dados climáticos e produtivos. O Brasil provavelmente caminhará nessa direção, porque o aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos reduz espaço para modelos tradicionais operarem sozinhos. Mas a velocidade dessa transformação precisa respeitar a complexidade do problema.

O debate atual é importante justamente porque desloca a discussão da tecnologia para a arquitetura institucional. O ponto central não é saber se o seguro paramétrico é moderno ou eficiente. Em muitos casos, ele é. O ponto é compreender que política agrícola não se sustenta apenas em boas ferramentas. Sustenta-se em coordenação, previsibilidade e confiança. Sem estabilidade regulatória, governança atuarial, clareza operacional e alinhamento entre seguradoras, resseguradoras, produtores e Estado, qualquer expansão acelerada corre o risco de criar mais vulnerabilidade do que proteção. No agro, soluções rápidas costumam ser as primeiras a falhar quando o clima deixa de colaborar.

(*) **Daniel Miquelluti** é cofundador e Head de Novos Mercados da Picsel, insurtech especializada em seguros agrícolas. Engenheiro Agrônomo com mestrado em Estatística Experimental e doutorado em Economia Aplicada na USP, atua há mais de uma década no desenvolvimento de soluções inovadoras em seguro rural. Já assessorou seguradoras, resseguradoras e órgãos públicos na estruturação de produtos e estratégias de gestão de risco climático no campo. Na Picsel, lidera projetos que combinam inteligência artificial, sensoriamento remoto e dados climáticos para transformar a operação de seguros agrícolas no Brasil.

(11.06.2026)